



Assembleia Municipal de Rio Maior

ACTA N.º 02/2009

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 31/03/2009

----- Aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e nove, nesta cidade de Rio Maior, no Auditório dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Rio Maior-----

----- Quando eram dezanove horas e vinte minutos foi feita a chamada verificou-se estarem presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: -

----- Victor Manuel Marques Damião, António Maria de Almeida Calado da Maia, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, António Luís Costa, Dora Isabel Tavares Crespo, Jacinto Madeira Correia, Isabel Maria Bastos Calisto, Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Maria da Ascensão Adrião Duarte, Arlindo Bernardes Regueira, Fernando Manuel Nogueira Afonso, Gabriel da Silva Gomes, Mário Eugénio Pião Vitorino Anacleto, José Manuel Leitão, Ilda Manuela Abrantes Vieira Marques, Dina Isabel Pinheiro Bernardino, Ricardo João Matias Faria Carriço, António Manuel Conceição Correia, Carla Cristina Rodrigues Dias, Carole Rodrigues Carvalho, Luís Miguel Pronto Pereira de Deus, Alexandre José Rodrigues Canadas, Carlos Manuel Coelho Pereira, Luís Miguel da Cruz Colaço, Alfredo Agostinho Batista, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, José Luís Ramos Ruivo Faria da Cruz, Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo, José Manuel da Silva Neves, Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo e Paula Cristina Rodrigues Laranjeira Guedes. --

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos do número um da alínea c) do Artigo 5.º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Senhores Deputados: ---

- João Fernandes Elias; -----
- João Sequeira Frois Figueiredo; -----
- Edgard da Fonseca Carriço; -----
- António Mário Valada Rodrigues Figueiredo; -----
- José Eduardo Vaz Craveiro; -----
- António Pedro Montez Coelho; -----
- Paulo César Fernandes Colaço -----

-----Verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PONTO UM -----

----- PROJECTO DE REGULAMENTO DA GALERIA MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS -----

----- VEREADORA ANA CRISTINA -----

----- Iniciou a sua intervenção com apresentação de cumprimentos. Quanto ao presente ponto referiu que o presente documento seguiu a tramitação habitual: foi presente à Câmara Municipal em oito de Outubro de dois mil e oito, submetido a fase de inquérito público de 30 dias, não tendo sido apresentada qualquer sugestão. Foi novamente presente a Câmara Municipal a catorze de Janeiro, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- O presente projecto pretende essencialmente definir em linhas gerais o funcionamento da galeria. -----

----- Basicamente estão definidas as datas dos pedidos e as formas como os mesmos serão apreciados, os períodos em que as exposições devem permanecer naquele espaço, bem como um conjunto de outras regras, é um regulamento simples e no qual os casos omissos serão resolvidos por despacho. -----

----- Referiu ainda que se pretende que a galeria municipal seja um espaço privilegiado de exposição dos artistas em Rio Maior e seja usufruído da melhor forma pelos riomaiorenses e essencialmente que todos os artistas interessados, conheçam as regras, para melhor o poderem utilizar. -----

----- DEPUTADA JÚLIA FIGUEIREDO -----

----- Iniciou a intervenção com apresentação de cumprimentos. -----

----- Quanto ao presente ponto solicitou explicação relativa ao tempo de dilação entre o período de publicação em Diário da República e a aprovação pela Assembleia Municipal. -----

----- DEPUTADA ISABEL CALISTO -----

----- Deu início à sua intervenção com apresentação de cumprimentos, quanto ao presente ponto, fez a seguinte intervenção: “ *É – nos apresentado pelo executivo municipal o Regulamento da Galeria Municipal de Exposições Temporárias, o qual foi aprovado em reunião de Câmara realizada no dia oito de Outubro do ano transacto.* -----

----- *O mesmo foi sujeito a apreciação pública, de acordo com o estipulado no art. 118º do CPA, não tendo havido sugestões.* -----

----- *Neste Regulamento são definidas as regras para a gestão do espaço da Casa Senhorial D’EL Rei D. Miguel, a qual está vocacionada para a cultura, para todos os artistas que a queiram utilizar.* -----

----- *De acordo com a alínea a) do nº 2 do art. 53º do Decreto-lei nº 169/99 de 18 de Setembro, é competência desta Assembleia a sua aprovação.* -----

----- *Porque todas as normas exigíveis por Lei foram cumpridas e era uma necessidade regular a utilização do citado espaço, penso que nada haverá a opor por esta Assembleia na sua aprovação.”* -----

----- DEPUTADO JOSÉ NEVES -----

----- Apresentou cumprimentos. -----

----- Referiu já ter a Vereadora Cristina defendido a finalidade do presente documento. Solicitou intervenção, para referir o facto de não terem existido sugestões; solicitou que além dos locais habituais, onde são afixadas as questões do erário público, deve haver uma massiva divulgação do documento para que os potenciais interessados tivessem dele conhecimento. -----

----- DEPUTADO DANIEL PINTO -----

----- Deu início à sua intervenção com apresentação de cumprimentos. Apresentou os parabéns à Câmara pelo documento e pela política cultural que

Assembleia Municipal
Sessão Extraordinária 31 de Março de 2009

tem desenvolvido nos últimos tempos, onde se tem conseguido canalizar o seu esforço financeiro e estratégico em áreas como a Educação e a Cultura. -----

----- Questionou qual a visão que a Câmara tem do ponto de vista da programação, faltará no documento uma visão mais arrojada do ponto de vista da programação. Por outro lado uma pergunta objectiva, porque é que no Cine-teatro e no Cinema está em curso uma metodologia de divulgação dos eventos por sms, e na galeria não? -----

----- **VEREADORA ANA CRISTINA** -----

----- Em resposta às questões colocadas, as quais agradeceu, deu o seguinte esclarecimento: -----

----- *“**Senhora Júlia Figueiredo**, a questão da publicação não é uma regra da Câmara Municipal nem do Vereador, é um passo obrigatório, que obedecesse a prazos e a tramitações processuais. Dizer ainda que o mesmo irá ter a maior divulgação possível.* -----

----- *Agradecer as observações feitas quanto à publicação dos eventos, pelo **Deputado Daniel Pinto**. Referir ainda os momentos privilegiados pelas escolas.* “ -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Colocado a votação o Projecto de Regulamento da Galeria Municipal de Exposições Temporárias, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO DOIS** -----

----- **PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE RIO MAIOR E AS FREGUESIAS** -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Renovou cumprimentos. -----

----- Disse: “ *Este é um dos momentos mais significativos das nossas Assembleias Municipais. Na última sessão da Assembleia Municipal tínhamos assumido o compromisso de durante o mês de Março este tema ser presente. Só foi possível nesta data e com uma aplicação muito grande por parte dos envoltentes.* -----

----- *Dizer que para a delegação de competências poder ser cumprida exige-se disponibilidade financeira. Por não querermos correr riscos, como é o caso da falta de meios financeiros, temos de arranjar esses meios.* -----

----- *Era nossa intenção quando esta transferência fosse feita, fazer o maior número de delegações possíveis para as freguesias; no entanto, a grande parte dos investimentos não consignados nesta delegação são de iniciativa municipal e está relacionada com a rede viária municipal; onde parte significativa do investimento será financiada pelos fundos comunitários, que devido à sua exigência não será possível a Câmara entregar estas obras às Juntas.* -----

----- *Neste enquadramento, é com satisfação que neste período tenhamos tido a possibilidade de delegar estas competências. Como sabem a delegação não é um imperativo legal, é sim, um imperativo ético e moral num esforço de descentralização e de dar capacidade de execução às nossas Juntas de Freguesia.* “ -----

----- **SENHOR VERADOR CARLOS NAZARÉ** -----

----- Apresentou cumprimentos. -----

----- Em sequência da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, e após solicitação do mesmo, sobre o ponto em referência fez a seguinte intervenção:

----- *“Agradecer a honra que me foi dada de poder completar a intervenção do*

Assembleia Municipal
Sessão Extraordinária 31 de Março de 2009

Senhor Presidente da Câmara, sobre o ponto em análise. Estamos a cumprir as promessas feitas; referir que pretendíamos fazer mais delegações, as alterações e normas existentes o impediram. -----

----- Existe uma subida nas despesas correntes, o que está relacionado com a Educação. Foi possível, ainda, com a solidariedade das Juntas de Freguesia de maior dimensão distinguir as pequenas, foi também possível subir o valor em relação ao ano anterior, correspondendo a 12 %; é também uma honra porque esta delegação de competências tem um critério claro e transparente concertado com os Senhores Presidente de Junta. -----

----- É um documento baseado numa relação de confiança com as Juntas, é o fazer obra e o prestar serviços às populações. As juntas têm cumprido sempre a delegação de competências que a câmara lhe tem delegado, e a Câmara também tem cumprido com os meios financeiros, honrando os compromissos assumidos. -----

----- É baseado nesta relação de confiança que avançámos mais um ano, na expectativa que a delegação de competências se cumpra como nos anos anteriores.” -----

----- TESOUREIRA DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZAMBUJEIRA -----

----- Apresentou cumprimentos. Quanto ao presente ponto disse: “ -----

----- “Na pessoa do executivo da Junta de Freguesia de Azambujeira agradecer ao executivo a visita feita. -----

----- Referir que não solicitámos valores para os Parques Infantis na Delegação de Competência, uma vez que o ano passado fomos informados que iria haver abolição dos mesmos, em algumas freguesias. Para quando está prevista essa situação? Caso contrário vemo-nos obrigados a fechar o nosso parque infantil. -----

----- Esta situação coloca-se porque existe um Parque Infantil, em estado degradado, perto da zona onde as crianças almoçam-----

----- Outro ponto, é relativo à situação da cantina, não contemplada nesta Delegação de Competências; ao aprovar este documento na Assembleia de Freguesia vamos ter de colocar verbas no que diz respeito aos consumíveis, o que eu solicitava é que esta situação fosse revista com vista a ser contemplada.” -----

----- PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ASSEICEIRA -----

----- Deu início à sua intervenção com apresentação de cumprimentos, quanto à Delegação de competências disse: “ A Câmara Municipal cumpriu o prazo relativamente à Delegação da Competências, uma vez que este ano não tem doze, mas sim nove meses de acção política para os executivos -----

----- Referir ainda que esta Delegação de Competências não sendo uma imposição legal revela alguns aspectos que convém salientar: confiança, transparência, rigor e eficácia e, rapidez. É bom dizer que estudos macro apontam que um euro numa Freguesia vale dois euros numa Câmara e três euros no Governo, pelo que é um acto de inteligência delegar competências nas Juntas. -----

----- No mapa que nos é distribuído existe um acréscimo de 12%, mas evidentemente que um autarca nunca deve estar satisfeito com o que lhe é distribuído. -----

----- Saliento que isto tem mais peso e maior significado depois de sabermos quais vão ser as obras, a serem feitas na nossa freguesia. Nenhuma freguesia recebeu delegação de competência na segurança rodoviária e toponímia. Hoje

na minha freguesia, isto é um aspecto de grande importância, o mesmo acontece com os alcatroamentos. -----

----- Questiono para quando a visita à freguesia de Asseiceira pelo Executivo Municipal, com vista a implementar as propostas que apresentámos? Existem aqui questões que não sendo da Delegação de Competências a Câmara tem o dever e a obrigação, mas também, tem a possibilidade de evitar andar-mos nas bocas do mundo, que são obras que eu não entendo porque ainda não foram feitas, como é o caso da falta de colocação de janelas da Escola Primária e o domínio publico da Urbanização do Bairro Social ainda não está feito, quando a Câmara já deliberou sobre o assunto há cerca de 12 anos, e se há alguma noção sobre a questão da regeneração urbana da Freguesia, na questão dos esgotos? -----

----- Dizer ainda, que em Asseiceira vamos receber de receitas correntes, se viermos a aceitar os transportes escolares, mais de três mil e duzentos euros, sei que a Câmara fez um esforço grande com o aumento do valor / quilómetro, mas convém deixar claro que mesmo assim, e face às exigências, as Juntas de Freguesia que fazem transportes, têm prejuízo. -----

----- Mais ainda, as Juntas com funcionários, e com as responsabilidades atendendo às exigências implementadas pelo SIADAP, os 3 F's ficam consumidos quase na totalidade, existem juntas que se a Câmara não tivesse essa deferência democrática, o dinheiro não chegava; isto é um esforço gigantesco! -----

----- Significa que por parte das entidades competentes, tem de haver uma reconversão da lógica de tudo isto, porque senão não é possível realizar o que o consumidor deseja. -----

----- Termino, referindo que do valor de trinta e seis mil euros para a Junta de Freguesia de Asseiceira cinco mil e quinhentos são relativos ao ano passado. --

----- Somos a terceira freguesia em número de eleitores e a nona em termos de transferências de capital. -----

----- Como Junta de Freguesia convém dizer que é pouco, mas se a Câmara fizer as obras que tem em vista fazer, à Junta só lhe compete colaborar para que a população da Freguesia sinta o seu desiderato satisfeito.”-----

----- PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARROUQUELAS -----

----- Apresentou cumprimentos. -----

----- Disse: “Esta é de certo a Assembleia Municipal que nós, os Presidentes de Junta, mais ambicionamos. Dada a dimensão da maior parte das Freguesias não conseguiríamos fazer obras sem esta delegação de competências; facto pelo qual me congratulo. Claro que gostaria de ter mais verbas para gastar, mas em tempo de crise! -----

----- Já ouvi falar de orçamento rectificativo, pode ser que as Juntas venham a ser contempladas. -----

----- Não quero terminar, sem antes referir que a Estrada de Amieira a Arroquelas está quase pronta, obra que é de grande importância para a freguesia. “ -----

----- PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE RIO MAIOR -----

----- Deu início à sua intervenção com apresentação de cumprimentos, enalteceu a entrada em funções do novo Vereador Jorge Silva, com votos de bom trabalho, felicitou a presença do Senhor Ricardo Carriço em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila da Marmeleira, desejando a este votos de rápido restabelecimento. Quanto ao assunto em questão fez a

seguinte intervenção: “ *Falamos nesta sessão de Delegação de competências do Município nas Juntas de Freguesia, delegação essa na opinião da minoria dos representantes das Juntas de Freguesia do País, reunidas em Santarém num encontro promovido pela ANAFRE, deveriam passar a ser competências directas das freguesias, de forma a que estas deixem de colidir directamente com as competências atribuídas aos municípios.* -----

----- *É preciso dizer aos cidadãos, claramente, quem é o responsável pela limpeza das suas ruas, manutenção dos seus caminhos e estradas, gestão e conservação das escolas e equipamentos públicos.* -----

----- *É preciso que termine o jogo do empurra entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, sobre quem recai a responsabilidade.* -----

----- *É preciso dignificar o trabalho dos autarcas da freguesia, e atribuir-lhes meios e condições, para que possam executar os projectos que mais se adequam ao universo populacional em que se inserem.* -----

----- *É preciso que os Autarcas das freguesias passem a ser vistos como um parceiro activo e empenhado na gestão do espaço público municipal, e não como uma figura dependente da boa vontade anual, dos executivos municipais.*

----- *O caso próprio da delegação de competência do município de Rio Maior, todos nós sabemos que muito mais haveria a fazer, muito mais verbas seriam necessárias para colmatar as falhas existentes em todo o concelho e nomeadamente na freguesia a que tenho a honra de presidir.* -----

----- *Votarei favoravelmente esta delegação de competências, por entender que os munícipes da minha freguesia merecem obra feita, e concretizada pela sua junta.* -----

----- *Não posso deixar de ressaltar o critério das verbas relativas ao investimento; se olharmos para os valores propostos para as diversas freguesias e atendermos ao número de eleitores de cada uma, Rio Maior saí prejudicado no investimento per-capita; se atendermos ao capítulo da requalificação urbana em meio rural, sendo esta a freguesia com maior área do concelho, merecia também uma atenção neste capítulo, o critério é do executivo municipal, certo é que outros pensariam de forma diferente se estivessem à frente dos destinos do município.* -----

----- *Sabendo, também, a área da freguesia de Rio Maior e da extensão da sua rede viária e das necessidades anuais de conservação da mesma, não se subvalorizou o executivo municipal; o valor atribuído para a conservação e reparação de bermas e caminhos? Se constataremos ao longo do ano que este facto é insuficiente para as reparações necessárias, esperamos ter a abertura do executivo municipal para o rever.* -----

----- *Para terminar, reconheço o empenho do executivo municipal em realizar esta reunião, nesta data, permitindo assim que todos os Presidentes de Junta levem às suas Assembleias de Freguesia ordinária de Abril a proposta de delegação de competências, sem ter de adiar a sua aprovação, ou suportar custos extraordinários com a realização de Assembleias.”* -----

----- **DEPUTADO ANTONIO MOREIRA** -----

----- *Apresentou cumprimentos. Quanto ao presente ponto disse: “ Sem me tornar repetitivo, será importante ressaltar alguns pontos relativos a este assunto da ordem de trabalhos:* -----

----- *O primeiro tem a ver com o cumprimento duma promessa em relação à data, e o facto de estarmos a fazer esta delegação de competências no prazo*

previsto, reconhecendo o esforço que toda a Vereação e funcionários têm de fazer, em relação à elaboração dos concursos ao QREN. -----

----- Conhecendo as mudanças que houve, ao nível de legislação dos concursos públicos, e o acarretar de trabalho suplementar de todos, é de louvar que esta data seja cumprida. -----

----- Relativamente ao tempo de dificuldades que se atravessa, e que representam um aumento das verbas a atribuir, com as dificuldades que crescem aqui às necessidades de mudança que houve ao nível das competências do autarca, nomeadamente nos aspectos da educação. A forma como este processo foi conduzido, parece-me um bom exemplo de boas práticas do poder local, pela sua transparência, pela forma como é mostrada e negociada na delegação de competências. Delegar é um exercício de democracia. -----

----- Quando esse poder é transferido por via das competências legais é uma coisa, quando o é por via da necessidade de operacionalizar uma proximidade ao cidadão, tem outro valor em termos democráticos. -----

----- Fundamentalmente, terminar, com um aspecto não tão benévolo; ouvi com atenção as intervenções dos Senhores Presidentes de Junta. Existem aqui duas discussões: a das pessoas que estão na Freguesia orientando-se para os munícipes, e os que estão na Freguesia, e que não estão preocupados com a satisfação dos munícipes mas sim com aquilo que conseguem mostrar de obra feita. Isso efectivamente não é um discurso que encarna naquele que é o representante dos fregueses. -----

----- Eu sou munícipe da freguesia de Rio Maior, e moro num dos locais mais afastados da Junta de Freguesia, conheço quais as suas competências na limpeza das ruas. E portanto, não vou aqui fazer queixas se essa parte é ou não limpa. Quem lá passa sabe se isso é feito ou não. -----

----- Efectivamente, acho que é mais importante que as pessoas mostrem o que conseguem fazer, do que passem a vida a lamentar daquilo que não fazem

----- E, para quem, no seu programa eleitoral dizia que não precisava da Câmara para fazer obras, devia ter medido bem a situação! -----

----- Senhor Presidente, quero dizer-lhe que é com satisfação que numa altura de dificuldades para todos, vejo o desemprego no concelho de Rio Maior com uma tendência invertida, vejo investimentos avultados que garantem com sustentabilidade o desenvolvimento deste concelho, e naturalmente que esta não é uma situação de crise, tal como a crise não é uma situação de agora, mas sim, de há muito tempo. -----

----- O não haver tanta crise agora, tem a ver com a estratégia escolhida por si, para o desenvolvimento do concelho, o não embarcar em modelos de desenvolvimento que para um concelho como o de Rio Maior, seriam catastróficos para os que os defendem na altura. -----

----- Não sei o que seria se um concelho como o de Rio Maior tivesse um desenvolvimento como o que teve o do Vale do Ave. “ -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Renovou cumprimentos. Quanto às questões colocadas disse: “ **Senhor Presidente de Junta de Asseiceira**, falou da rede viária, como compreenderá sendo o seu grande financiador os Fundos Comunitários, e com as novas exigências da contratualização, ainda não poderemos dizer de forma definitiva quais as obras da rede viária que fazem parte do grande pacote a ser investido. Porque se a alteração que vamos apresentar à grelha de critérios não for

Assembleia Municipal
Sessão Extraordinária 31 de Março de 2009

aprovada, há situações de projectos que temos de retirar da contratualização dos projectos apresentados pela Câmara Municipal de Rio Maior, e reforçar noutros, e garantir a sua exequibilidade por outro financiamento. -----

----- Temos ainda, outro condicionamento quanto às candidaturas apresentadas ao programa AGRIS. A informação dada é que a disponibilidade de verba é reduzida, já foi solicitado reforço no sentido de que os projectos apresentados venham a ser comparticipados. -----

----- Quanto às competências, dizer que os Governos é que deviam ter criado outras. -----

----- Também nós lamentamos, gostaríamos de receber mais, mas, mais que lamentar é mostrar o que temos capacidade de fazer. -----

----- Quanto ao referido orçamento rectificativo, é verdade, nós vamos ter de trazer a esta Assembleia um orçamento rectificativo. O orçamento previsto aumentou. -----

----- Já agora, dizer, que durante o mês de Abril vão arrancar as obras da Escola Superior de Desporto; numa primeira fase estima-se um investimento de nove milhões de Euros, depois de tudo concluído serão cerca de quinze milhões de Euros de investimento. -----

----- Também durante o Mês de Abril iremos ter as duas unidades móveis ao serviço da saúde do Concelho. -----

----- Falou-se de desemprego, nós pertencemos a um grupo de municípios que tem a menor taxa de desemprego. Neste momento temos 587 pessoas inscritas, o que não invalida a nossa presença no grande esforço que está a ser feito no combate ao desemprego, com a criação de novos postos de trabalho. -----

----- Queremos ver se temos condições para inverter a nossa relação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, irmos nós à procura das nossas necessidades, para sermos nós a resolver o problema de quem está desempregado. -----

----- É um esforço financeiro da Câmara, não fazemos nem mais nem menos que a nossa obrigação. Quando necessário, contaremos de certo com o vosso apoio no sentido de criarmos condições de emprego no concelho, o que seria muito bom para todos nós. “ -----

*----- **SENHOR VEREADOR CARLOS NAZARÉ** -----*

*----- Em aditamento ao já referido pelo Senhor Presidente, quanto às questões colocadas as executivo disse: “ Em relação à **Azambujeira**, nós é que agradecemos a forma como fomos recebidos. No que diz respeito aos Parques Infantis, a Câmara está a avaliar a situação, só delegamos competências quanto aos Parques Infantis em situações onde os Senhores Presidentes de Junta estiverem disponíveis. Vai ser uma experiência. -----*

----- Esse facto não invalida que a Câmara, de acordo com parecer dos serviços, não vá recuperar o que for de recuperar. -----

----- Quanto às despesas na Educação, quando a situação foi alertada os mapas já estavam feitos, havia urgência na sua disponibilidade aos Senhores Vereadores; se for necessário alterar não será a primeira vez que é feito um aditamento à Delegação de Competências. -----

*----- **Senhor Presidente de Junta de Asseiceira**, agradecer as referências feitas, a Delegação de Competências é um acto de confiança mas também de gestão. Quanto às obras a fazer nas freguesias, o Senhor Presidente já respondeu, estão pendentes das candidaturas. -----*

Assembleia Municipal
Sessão Extraordinária 31 de Março de 2009

----- As pequenas obras ainda não foram realizadas, porque infelizmente não conseguimos chegar a todo o lado, quem passa mais tempo na Câmara vê o esforço feito. -----

----- **Senhor Presidente de Junta de Arrouquelas** agradecer as referências feitas, felicitá-lo pelo objectivo da estrada de Amieira. -----

----- **Senhora Presidente de Junta de Rio Maior**, obviamente que não vou comentar o entendimento da ANAFRE sobre as competências, mas há uma coisa que quero garantir, a Câmara de Rio Maior não faz o jogo do empurra com as Juntas de Freguesia. Tem provas dadas de solidariedade e respeito para com as Juntas de Freguesia, está sempre ao lado dos seus Presidentes de Junta, na relação com os munícipes. -----

----- Obviamente que compreendo que todos gostaríamos de ter mais meios, a única dificuldade é que a Câmara não tem os meios que pretendíamos. Aí é consigo, temos o que é possível, duma forma clara e transparente. -----

----- Há que investir mais no meio rural, obviamente que não contesto os investimentos feitos na cidade, tinham de ser feitos. Existem investimentos estratégicos que a cidade de Rio Maior tem de ter, por isso de fazem. -----

----- Deputado António Moreira, agradeço as referências feitas, delegar é um acto de gestão. Espero que esta delegação traga frutos, é importante que isso aconteça.” -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Colocado a votação o Protocolo e o Mapa de Delegação de Competências para o ano de 2009, a celebrar entre a Câmara Municipal de Rio Maior e as Juntas de Freguesia do Município, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

----- Nos termos do número quatro do artigo trinta e nove do Regimento da Assembleia Municipal colocou à aprovação em minuta os assuntos da presente sessão -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Aprovado por unanimidade -----

----- **ENCERRAMENTO**-----

----- Quando eram nove horas e quarenta e cinquenta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial, para efeitos imediatos e a presente acta que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa . -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** _____